



Deputados aprovam período maior de quarentena para ex-dirigentes da administração pública

O texto amplia de quatro para seis meses o prazo durante o qual quem deixar cargo ou emprego na administração pública federal ficará sujeito a uma série de restrições relativas ao exercício de atividades na iniciativa privada.

Página 3

BETO OLIVEIRA



Regulamentação da profissão de motorista, com regras sobre jornada de trabalho, vai a sanção | 3

POLÍTICA | 5

Líderes partidários pedem a Marco Maia criação de CPI para investigar ligação de políticos com Carlinhos Cachoeira

LEI SECA | 4

Projeto que autoriza o uso de testemunhos e exame clínico para confirmar embriaguez de motoristas pode ser votado na próxima semana

DIREITOS HUMANOS | 8

Instaladas comissões para apurar denúncias de tráfico de pessoas e de violência sexual contra crianças e adolescentes

Eduardo Gomes: parceria com Timor Leste fortalece democracia

BETO OLIVEIRA

Após receber os dez analistas legislativos do Timor Leste que participam de programa de capacitação da Câmara, o 1º secretário, deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), afirmou ontem que a Casa se sente “orgulhosa em fortalecer a democracia de países irmãos”. Até agosto, os timorenses participam de cursos de língua portuguesa, processo legislativo, direito, ética e atividades em comissões, na assessoria jurídica e em Plenário.

A capacitação insere-se em um protocolo de cooperação assinado pela Câmara e pelo Parlamento do país do sudeste asiático em 2005. O grupo de analistas é o primeiro a visitar a Casa. O treinamento será a última etapa de um processo de seleção para os novos servidores do jovem Parlamento do Timor Leste. O país conquistou a independência há apenas dez anos e adotou o português como um dos idiomas oficiais.

Experiência - A analista timorense Casilda Afonso ressaltou que a língua é a principal dificuldade dos participantes, mais acostumados ao português de



Os analistas do Timor Leste foram recebidos pelo 1º secretário, Eduardo Gomes (D), que recebeu uma manta típica do país

Portugal que ao do Brasil. Os ganhos, por outro lado, são de experiência. “O Brasil é um país grande, com tradição. O Timor ainda é uma criança perto do

Brasil, porque é independente há pouco tempo”, ressaltou.

O intercâmbio dos timorenses é o projeto-piloto para um programa per-

manente de formação de servidores de todo o mundo. A prática já é adotada pelo legislativo de países como Espanha e Estados Unidos.

COMUNICAÇÃO

Câmaras municipais da Grande São Paulo passam a integrar canal legislativo digital



O presidente da Câmara, Marco Maia, assinou na segunda-feira acordo com as câmaras municipais da Grande São Paulo, que

passam a integrar a Rede Legislativa de TV Digital, em sinal aberto. Serão quatro canais em um: TV Câmara, TV Assembleia, TV Senado e TV Câmara Municipal. A expectativa é que o quarto canal esteja no ar ainda em abril.

Cerca de 20 milhões de habitantes da Grande São Paulo receberão na TV aberta o sinal da Rede Legislativa. O canal local será dividido entre as 39 câmaras municipais da região metropolitana. A capital terá dez horas de programação, e as demais cidades dividirão as 14 horas restantes.

Marco Maia ressaltou que o acesso à informação será um instrumento

eficaz de prestação de contas para a população. “Estamos buscando nos aproximar cada vez mais da sociedade que temos a obrigação de representar. A TV digital em sinal aberto vai fortalecer o Parlamento e garantir a democracia”, afirmou.

“Nós não estamos fazendo isso por autopromoção e sim para divulgar o que é realizado pelo Legislativo”, disse Marco Maia.

O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Barros Munhoz, acrescentou que a divulgação de informações do Legislativo pode ajudar os brasileiros a entender melhor a política e cobrar mais de seus representantes. O presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Police Neto, disse que “este é o primeiro passo para universalizar o acesso à informação”.

O convênio foi assinado na capital paulista. Participaram da cerimônia, além das autoridades citadas, presiden-

tes das câmaras de várias cidades da região metropolitana de São Paulo.

Pioneirismo - A Rede Legislativa é um projeto da Câmara dos Deputados, criado em 2006, para garantir a expansão do sinal da TV Câmara com menor custo possível. Para isto, foi utilizado o recurso da multiprogramação, que permite que o mesmo canal (61) seja compartilhado por diferentes emissoras. A TV digital chega às casas dos telespectadores de graça, em sinal aberto. Cada emissora tem programação em horário integral. Até então, a TV Câmara e as demais TVs legislativas só estavam disponíveis na capital paulista no sistema por assinatura.

Nesta parceria, a Câmara investiu cerca de R\$ 7 milhões na aquisição de equipamentos, e a Assembleia de São Paulo está arcando com o custeio da operação desde o início. Com a entrada de mais um parceiro, este custeio será dividido entre eles.

agenda

QUARTA-FEIRA
4 de abril de 2012

Paz em Angola

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional reúne-se para discutir os dez anos dos acordos de paz em Angola. Plenário 3, 11h

População de rua

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias debate, em audiência pública, as condições de vida da população em situação de rua no Distrito Federal, bem como as medidas que estão sendo adotadas para o enfrentamento à violência praticada contra esta população. Plenário 9, 14h

Mesa Diretora da Câmara dos

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente
Rose de Freitas (PMDB-ES)
2ª Vice-Presidente
Eduardo da Fonte (PP-PE)
1º Secretário
Eduardo Gomes (PSDB-TO)
2º Secretário
Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)
3º Secretário
Inocência Oliveira (PR-PE)
4º Secretário
Júlio Delgado (PSB-MG)

Suplentes
Geraldo Resende (PMDB-MS), Manato (PDT-ES), Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE) e Sérgio Moraes (PTB-RS)
Ouvidor Parlamentar
Miguel Corrêa (PT-MG)
Procurador Parlamentar
Nelson Marquezelli (PTB-SP)
Diretor-Geral
Rogério Ventura
Secretário-Geral da Mesa
Sérgio Sampaio de Almeida

Diretora: **Sueli Navarro**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas
Frederico Schmidt
Coordenadora de Jornalismo
Patricia Roedel

Editora-chefe
Rosalva Nunes
Editores
Maria Clarice Dias
Ralph Machado

Diagramadores
Guilherme Rangel Barros
Roselene Guedes
Henrique Eduardo Araújo
Ilustrador
Renato Palet

jornal@camara.gov.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1827

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Plenário amplia para seis meses quarentena de ex-dirigentes públicos

Eduardo Piovesan

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Lei 7528/06, do Executivo, que amplia o período da chamada “quarentena” – prazo durante o qual a pessoa, após deixar seu cargo ou emprego na administração pública federal, fica sujeita a uma série de restrições relativas ao exercício de atividades na iniciativa privada. A matéria será analisada ainda pelo Senado.

O texto aprovado, com emenda do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), passa a quarentena atual de quatro para seis meses. O projeto original previa o aumento para um ano. Ao contrário do que estipulam as regras atuais, o texto determina que, durante o período de afastamento, caberá à Comissão de Ética Pública autorizar o agente público a receber o valor equivalente à remuneração do cargo que exercia. A autorização poderá ser concedida se a comissão julgar ser impossível o exercício de atividade não conflitante com as atribuições antes



LUÍZ ALVES

Os três projetos aprovados ontem pelo Plenário entraram na pauta após acordo fechado entre os líderes partidários e presidente Marco Maia

exercidas no governo federal.

As restrições se aplicam a ministro de Estado, aos ocupantes de cargos de natureza especial ou equivalentes, aos que exerçam cargos de direção e assessoramento superiores (DAS 6 e

5) e aos presidentes, vice-presidentes e diretores de autarquias, fundações e empresas públicas ou sociedades de economia mista.

No caso desses agentes, a comissão poderá, se julgar que não há conflito de

interesses, autorizar o ocupante desses cargos a exercer atividade privada ou dispensar do cumprimento da quarentena aqueles que tiverem se desligado da função.

Conflito de interesses - O texto define as situações que configuram conflito de interesses no exercício do cargo ou emprego público e após a desvinculação. Enquanto exercer o cargo, o agente público não poderá divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, obtida em razão das atividades exercidas, para proveito próprio ou de terceiro; não poderá prestar serviços com quem tenha interesse em decisão de sua alçada; e não poderá atuar como procurador, consultor ou assessor de interesses privados junto aos órgãos públicos de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Será considerado conflito de interesses, após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Executivo federal, a divulgação, a qualquer tempo, ou o uso de informação privilegiada obtida em razão de suas atividades.

Regulamentação da profissão de motorista vai a sanção

O Plenário também aprovou ontem o substitutivo do Senado para o Projeto de Lei 99/07, do ex-deputado Tarcísio Zimmermann, que regula a atividade de motorista profissional com vínculo empregatício, inclusive dos operadores de trator e empilhadeira. A matéria será enviada à sanção presidencial.

O texto é muito diferente da primeira versão aprovada pela Câmara, em 2009. Os senadores mantiveram apenas o direito a seguro obrigatório pago pelo empregador, especificando que o valor mínimo será de 10 vezes o piso da categoria.

A proposta foi relatada em Plenário pelo deputado Mauro Lopes (PMDB-MG), que apresentou seu parecer pela Comissão de Viação e Transportes. “Esse texto resultou de longa discussão e negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores e das empresas transportadoras. Há 40 anos que a categoria está lutando para regulamentar sua profissão”, afirmou.

Os deputados Fernando Ferro (PT-PE) e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) recomendaram a aprovação do relatório de Lopes pelas comissões de

Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, respectivamente.

Repouso diário - O texto estabelece regras gerais de horário para esses profissionais, que incluem intervalo mínimo de refeição de uma hora, além de repouso diário de 11 horas a cada 24 horas e descanso semanal de 35 horas. Entretanto, acordo coletivo poderá permitir a redução das 11 horas de descanso para até 9, desde que compensada no dia seguinte.

A prorrogação de jornada poderá ser de até 2 horas, pagas com o acréscimo constitucional de 50% ou conforme acordo coletivo de trabalho.

O trabalho noturno, entre as 22 horas de um dia e as 5 do dia seguinte, continua a ser pago com 20% de aumento, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho.

Nas rodovias - O substitutivo do Senado ao PL 99/07 prevê a construção de locais seguros de descanso nas rodovias, a cada 200 quilômetros, incluindo área isolada para os veículos de transporte de produtos perigosos. Segundo o texto, os novos editais de concessão de rodovias terão de exigir a construção desses locais. (EP)

Aprovada criação de 225 cargos de juiz federal de juizados especiais

O Projeto de Lei 1597/11, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que cria 225 cargos de juiz federal de turmas recursais de juizados especiais, foi aprovado pela Câmara e segue para análise do Senado. Os juizes serão lotados em 75 novas turmas. A proposta, relatada pelo deputado Paes Landim (PTB-PI), determina que os cargos sejam preenchidos por concurso de remoção entre os juizes federais ou, na falta de candidatos, por promoção. Serão 120 cargos preenchidos em 2012, e 105 em 2013.

Cada uma das novas turmas será formada por três juizes federais de turmas recursais e por um juiz suplente. Elas terão sede nas capitais dos estados e serão distribuídas da seguinte forma:

- 1ª região (DF, AC, AM, AP, BA, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR e TO): 25 turmas recursais e 75 juizes;
- 2ª região (RJ e ES): 10 turmas e 30 juizes;
- 3ª região (SP e MS): 18 turmas e 54 juizes;
- 4ª região (RS, PR e SC): 12 turmas e 36 juizes;
- 5ª região (PE, AL, CE, PB, RN e SE): 10 turmas e 30 juizes.

Essas turmas recursais analisam recursos de sentença ou de decisão do Juizado Especial Federal, instituição criada em 2001 para simplificar e agilizar determinados processos de competência da Justiça Federal. De acordo com o STJ, nos 10 anos de funcionamento desses juizados, já foram propostas mais de 10,5 milhões de ações.

Tramitam neles, por exemplo, ações cíveis contra a União e autarquias federais (INSS, Caixa Econômica Federal, entre outros) com valor de até 60 salários mínimos. Os processos tratam de temas como pagamento de pensões, auxílio-doença e aposentadorias. Ações criminais de menor potencial ofensivo, como falsidade de atestado médico, desacato, desobediência e resistência, cuja pena não ultrapasse dois anos, também são analisadas pelos juizados especiais federais. (EP)

Relator propõe mudança em MP que cria benefícios a deficientes

Eduardo Piovesan

O Plenário transferiu para a próxima semana a votação da Medida Provisória 549/11, que reduz a zero as alíquotas de contribuições sociais (PIS/Pasep e Cofins) incidentes sobre a importação e sobre a receita de venda no mercado interno de produtos destinados a beneficiar pessoas com deficiência.

Um acordo entre os líderes permitiu a leitura do parecer do relator, deputado Sandro Mabel (PMDB-GO). Ele apresentou um projeto de lei de conversão com diversas mudanças na legislação tributária.

A MP 549/11 reduz a zero as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação e sobre a receita de venda no mercado interno de produtos destinados a beneficiar pessoas com deficiência.

A iniciativa faz parte do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, batizado pelo governo de Viver Sem Limite, e que reúne ações estratégicas em

educação, saúde, cidadania e acessibilidade.

Inclusão digital - Vários equipamentos isentos estão relacionados à acessibilidade digital, como mouses com acionamento por pressão, teclados adaptados, digitalizadores de imagens (scanners) equipados com sintetizador de voz e impressoras braile.

Também contam com isenção desde 18 de novembro do ano passado, data de publicação da MP, as máquinas e linhas braile, calculadoras equipadas com sintetizador de voz, lupas eletrônicas e partes e peças para cadeiras de rodas.

Sandro Mabel incluiu ainda a isenção para neuroestimuladores usados por pessoas que têm Mal de Parkinson.

Papel - Entre as mudanças na legislação tributária, Mabel propõe a pro-



Sandro Mabel

rogação de suspensão de PIS/Pasep e de Cofins na importação de papel para imprensa, além de um selo de controle para papel importado usado na impressão de livros e revistas. Segundo ele, tem havido muito desvio de finalidade para esses papéis.

Outras mudanças feitas pelo relator foram: autorização para o governo contribuir com grupos

internacionais de combate à lavagem de dinheiro; isenção do PIS/Pasep e da Cofins para produtos de combate à infecção hospitalar; desoneração da folha de pagamento das empresas de transporte coletivo urbano, que passarão a ser tributadas com 2% sobre o faturamento; correção da tabela de enquadramento das empresas na forma de tributação por lucro presumido.

Imposto sobre equipamentos para surdez é criticado

Jaciene Alves

A Comissão de Seguridade Social e Família promoveu ontem audiência pública para discutir o direito à comunicação e à informação das pessoas com deficiências auditivas. A deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), que sugeriu o debate, afirmou que é necessária atenção da sociedade e dos parlamentares para os surdos que usam apenas a língua portuguesa para se comunicar e não conhecem a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Além disso, a parlamentar defendeu a redução de impostos para tecnologias que melhoram a qualidade da comunicação das pessoas com deficiência. Cada aparelho auditivo, por exemplo, pode custar até R\$ 10 mil. Já o implante coclear, conhecido popularmente como ouvido biônico, custa em média R\$ 50 mil.

“O preço alto desses aparelhos acaba por promover a exclusão dessas pessoas. É uma barreira que precisa ser derrubada”, disse.

Essa opinião também é compartilhada pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). Segundo ele, a redução dos preços dos equipamentos deve ser feita pelo governo. “Já existem medidas para que esses produtos sejam mais acessíveis. Mas o governo precisa de políticas mais



Participantes apontaram grande diferença no preço dos equipamentos para surdez

agressivas”, afirmou.

Barreiras - Para a procuradora da República no Estado de São Paulo Eugênia Fávero, o poder público precisa investir para pôr fim a barreiras de comunicação que prejudicam pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

“Temos que garantir as duas formas de comunicação, tanto pela língua portuguesa, como pela Libras. A falta de tecnologia é barreira que dificulta não só o dia a dia, mas exclui as pessoas surdas de direitos fundamentais como o direito

à educação e à informação”, disse.

Para a socióloga Sônia Ramires de Almeida, que é deficiente auditiva, as pessoas surdas são reféns dos fornecedores de equipamentos, porque não oferecem preços acessíveis. “Já vi aparelhos aqui no Brasil vendidos por R\$ 10 mil, ao passo que na internet encontrei o mesmo equipamento por US\$ 2 mil. Os fornecedores sempre dão a mesma desculpa. Dizem que é por causa dos impostos, mas não dizem que impostos são esses.”

Projeto que muda Lei Seca pode ser votado no dia 11

Janary Júnior

O presidente da Câmara, Marco Maia, poderá pautar para a próxima semana a votação do projeto que autoriza o uso de testemunhos, exame clínico, imagens e vídeos como meios de prova para confirmar o estado de embriaguez de motoristas (PL 3559/12). O projeto é de autoria do presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, deputado Hugo Leal (PSC-RJ).

O pedido para marcação da data de votação foi feito ontem pelos integrantes da frente, em reunião com Marco Maia. Prevista para a quarta-feira (11), a inclusão da matéria na Ordem do Dia depende, porém, de acordo com os líderes partidários.

A estratégia dos parlamentares é votar agora a ampliação do número de meios de prova, que seria consensual, e deixar para um segundo momento o aumento das penas para quem for flagrado sob efeito de álcool e a mudança nos índices de alcoolemia. Atualmente, pela Lei Seca (11.705/08), só há crime quando a concentração de álcool no motorista for superior a 0,6 grama por litro de sangue. Segundo Marco Maia, esta segunda votação poderia ser feita em até 40 dias.

Decisão judicial - A iniciativa da votação do projeto vem uma semana depois que uma das turmas recursais do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que apenas os resultados obtidos por meio de bafômetro e exame de sangue podem ser aceitos como prova de embriaguez no trânsito. Para os parlamentares da frente, a decisão comprometeu a eficácia da Lei Seca.

O PL 3559/12 foi apresentado por Hugo Leal - que é autor da proposta que deu origem à Lei Seca - no mesmo dia da decisão do STJ. O texto, construído com a ajuda de especialistas em trânsito, foi discutido com o Ministério da Justiça e com a Casa Civil da Presidência da República.

Atualmente, o debate na Câmara sobre a ampliação dos meios de prova para crimes de trânsito está concentrada no PL 2788/11, do Senado, que tramita em conjunto com mais 16 projetos. O relator na Comissão de Viação e Transportes é o deputado Edinho Araújo (PMDB-SP), que ainda não apresentou parecer.



Hugo Leal

Líderes defendem CPI para investigar ligação de Cachoeira com políticos

Carol Siqueira

A divulgação de novos documentos e escutas telefônicas da Operação Montecarlo da Polícia Federal, que investiga os negócios do empresário do jogo Carlinhos Cachoeira com políticos e agentes públicos, aumentou a pressão na Câmara para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) proposta pelo deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP) para analisar o caso. A investigação foi defendida ontem por líderes da base governista e da oposição.

O presidente Marco Maia pediu uma análise técnica sobre o requerimento da CPI e aguarda as informações sobre o inquérito em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF) antes de tomar uma decisão sobre a comissão. “Vamos olhar as investigações para que se tenham melhores condições de avaliar se é necessária ou não uma nova CPI, o [processo no] Conselho de Ética, ou nenhum dos dois”, disse.

Para o líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP), “tudo indica” que a Câmara vai instituir uma CPI sobre o caso. “Já há assinaturas necessárias, e agora a Mesa tem de analisar se elas são suficientes e se há fato determinado”, informou. Líder do PT, Jilmar Tatto (SP) disse que as “ramificações” da operação da PF têm de vir à tona. “Não temos que ter medo da verdade, até porque não podemos aceitar, numa democracia, que o crime organizado se instale no aparelho de Estado”, sustentou. “A bancada do PT é favorável à instalação da CPI”.

Os líderes do PR, Lincoln Portela (MG), e do DEM, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), também defende-

ram a CPI. “Queremos fazer um debate aberto com a sociedade”, afirmou Magalhães Neto, cujo partido aceitou on-

tem o pedido de desfiliação do senador Demóstenes Torres (GO). Demóstenes era líder do DEM no Senado.

Relações suspeitas - No início da tarde de ontem, o Psol entregou ao presidente Marco Maia um documento pedindo que a Corregedoria Parlamentar investigue os deputados Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO) e Sandes Júnior (PP-GO) pelas ligações com Cachoeira. O documento diz que as escutas telefônicas da Polícia Federal indicam “relações suspeitas e transações obscuras” entre Leréia e um dos chefes da organização de Cachoeira, além de “conversas suspeitas” entre Júnior e o contraventor. Ontem, Leréia divulgou uma nota dizendo que não iria se pronunciar sobre o caso até receber os dados do inquérito. O deputado Sandes Júnior não se manifestou.

Integrantes da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção participaram da reunião do Psol com o presidente da Câmara para reforçar o pedido, feito na semana passada, para que a Mesa Diretora obtenha informações completas sobre as investigações em curso. “Temos de ter conhecimento dessas peças para a proteção da nossa imagem”, disse o presidente da frente, Francisco Praciano (PT-AM).

O líder do PPS, Rubens Bueno (PR), disse que o partido “está disposto a investigar para valer, começando pelos deputados do próprio PPS”, referindo-se à denúncia de que Cachoeira teria emprestado dinheiro ao deputado Stepan Nercessian (RJ), que já se licenciou do partido até que sejam concluídas as investigações.

Marco Maia se diz “estupefato” com caso

O presidente Marco Maia disse ontem que ficou “estupefato” com as denúncias contra o senador Demóstenes Torres. “Não parece razoável que o senador tenha se envolvido da maneira como se envolveu com uma figura carimbada da contravenção”, disse Maia.

Para o líder do DEM, Antonio Carlos Magalhães Neto, a legenda “sai maior” do episódio. “O DEM dá uma demonstração clara de que não passa a mão na cabeça de quem comete erros, seja do único governador — e o Brasil

sabe do rigor com que enfrentamos o episódio do [José Roberto] Arruda [ex-governador do Distrito Federal] —, seja de um líder importante que coordenou a bancada no Senado”, disse.

Para Magalhães Neto, seu partido não é como o PT, “que passa a mão na cabeça de seus parlamentares envolvidos em escândalos”. O líder do PT, Jilmar Tatto, reagiu: “A melhor maneira de se defender é atacando. O PT não tem dificuldade nenhuma de trabalhar e de fazer o debate político no terreno da ética.” (CS)



Marco Maia, que recebeu ontem de líderes de vários partidos o pedido de CPI, disse que aguardará informações do STF antes de decidir sobre a comissão

ECONOMIA

Novo plano de estímulo à indústria repercute entre parlamentares

Rodrigo Bittar e Sílvia Mugnatto

O pacote de medidas anunciado ontem pelo governo para estimular os investimentos públicos e privados e aumentar a competitividade da indústria brasileira frente à concorrência externa causou polêmica entre os deputados. As medidas ampliam o chamado “Plano Brasil Maior”, que, lançado no ano passado, já havia gerado controvérsia na Câmara.

As medidas englobam ações sobre o câmbio, benefícios tributários, financiamento do comércio exterior, defesa comercial, incentivos aos setores de in-

formação e comunicações, facilidades creditícias, novas regras para o regime automotivo e estímulo à produção nacional por meio de compras governamentais. Duas medidas provisórias serão enviadas nos próximos dias à Câmara.

Para o presidente Marco Maia, o pacote é consistente. “Acho que o governo acerta em número, gênero e grau ao propor medidas tão fortes de auxílio à indústria”, afirmou. O deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), no entanto, discorda. Para ele, o governo demorou a editar as medidas. “O pacote anunciado é muito tímido em relação ao que a gente esperava. Já tem empresas dando

férias coletivas, empresas demitindo, a enxurrada de importações é muito forte”, destacou.

Impactos - O deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR) considerou as medidas positivas, mas não acredita que elas tenham impacto “extraordinário”. Kaefer criticou a substituição da desoneração da folha de pagamento pela tributação do faturamento. “Isso é enganar o empresário, pois 1% sobre o faturamento da maioria das indústrias pesa tanto quanto o recolhimento direto do INSS”, avaliou.

O presidente da Frente em Defesa da Indústria Nacional, deputado Newton Lima (PT-SP), comemorou especial-

mente a criação de conselhos de competitividade. “Assim, as reivindicações e propostas do setor privado que surgirem nesses conselhos serão analisadas por coordenações sistêmicas, que terão a finalidade de subsidiar um grupo executivo na definição de ações transversais do Brasil Maior”, detalhou.

Renúncia fiscal - De acordo com o Ministério da Fazenda, o pacote de estímulos ao setor produtivo envolverá R\$ 60,4 bilhões em recursos, sendo que a maior parte virá de um novo aporte de R\$ 45 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



LUIZ ALVES

Geraldo Resende condena venda de bebida em estádio

O deputado Geraldo Resende (PMDB-MS) condenou qualquer tipo de manobra que possa liberar a comercialização de bebida alcoólica nos estádios.

O parlamentar destacou a aprovação do relatório final dos trabalhos da comissão especial que presidiu, para realizar estudos sobre as causas e consequências do consumo abusivo de álcool.

“O relatório, do deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), evidencia a riqueza dos encontros técnicos e palestras realizados em 2011, bem como os malefícios causados pelo aumento exponencial do consumo de bebidas alcoólicas nos últimos cinco anos”, disse.

Na avaliação do deputado, a comissão tem que continuar estudos e debates e encaminhar à votação o Projeto de Lei 2.788/11, para tornar crime a condução de veículos automotores sob influência de álcool e de substâncias psicoativas.

Resende defendeu outras formas de prova. Ele também quer corrigir a distorção proporcionada pela possibilidade de o motorista se recusar a realizar o teste de alcoolemia.

O deputado lamentou que “as recomendações propostas no relatório identificam que estamos indo na contramão do interesse público quando flexibilizamos o Estatuto do Torcedor, no que tange à proibição de venda de bebidas alcoólicas nas imediações dos estádios, para atender exigências da Federação Internacional de Futebol (Fifa)”.



LUIZ ALVES

Duarte Nogueira aponta falta de rumos no governo

Ao comentar o conjunto de medidas de incentivo a setores da economia lançado ontem, o deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP) ressaltou que “é preocupante” a falta de rumos e de planejamento no governo Dilma Rousseff. O parlamentar informou que hoje será realizado em São Paulo um ato contra a desindustrialização, com a participação das centrais sindicais, entidades empre-

sariais e trabalhadores.

“O governo demonstra estar mais preocupado com o efeito político do anúncio do que com o efetivo resultado das medidas anunciadas”, criticou.

Nogueira observou que todo “aceno” ao setor produtivo é importante, mas a sucessão de “pacotinhos” revela a falta de estratégia do governo. “Desde 2007, este é o sexto ou sétimo conjunto de medidas. Já perdemos até a conta de quantos foram.”

Na avaliação do deputado, os resultados das medidas adotadas até agora são “pífios”: a taxa de investimentos da economia não cresceu; os investimentos em pesquisa são ainda insuficientes; e a capacidade de inovação tecnológica permanece precária.

Duarte Nogueira salientou ainda a necessidade de o governo federal beneficiar o agronegócio. “Ao adotar essa política de pacotes, o governo privilegia um setor em detrimento de outros, quando deveria atuar em todo o conjunto da economia brasileira”, afirmou.

Transposição

José Guimarães (PT-CE) rebateu críticas de que as obras da transposição das águas do rio São Francisco estariam paralisadas. Segundo o parlamentar, apenas 3 dos 16 lotes estão em fase de ajuste negociado entre o Tribunal de Contas da União e o Ministério da Integração Nacional. Guimarães disse acreditar que até 2014 um dos dois eixos será inaugurado – no eixo norte, 19% das obras estão sendo realizadas; no eixo leste, 48% estão em fase de execução.



Código Florestal

A votação urgente do novo Código Florestal foi defendida por Afonso Hamm (PP-RS). Segundo o deputado, após dois anos de audiências públicas e negociações, atingiu-se uma proposta equilibrada. Hamm destacou, entre as conquistas do projeto em debate na Câmara, os dispositivos que não permitem a expansão do desmatamento e os que procuram consolidar as áreas de agricultura e pecuária, especialmente para os pequenos produtores rurais.

Aniversário do PMDB

Marçal Filho (PMDB-MS) saudou os 46 anos do PMDB, lembrando a participação da legenda na redemocratização do País. O partido, avaliou, tem papel decisivo na implementação dos projetos do governo, devido ao maior número de prefeitos e vereadores, e a segunda bancada na Câmara. O deputado informou ainda ter apresentado na CCJ substitutivo ao PL 6147/09, do Senado, para que a prova testemunhal seja suficiente para a aposentadoria do trabalhador rural.

Seca no Piauí

Iracema Portella (PP-PI) disse que 268 cidades sofrem com a estiagem que assola o Nordeste há quatro meses. Somente no Piauí, 48 municípios decretaram situação de emergência – em Jaicós, afirmou, 20 mil pessoas estão sem água. “Os moradores precisam pagar para ter água de qualidade no sertão piauiense. O galão com 18 litros custa R\$ 5.” Para a deputada, além das medidas emergenciais, políticas públicas devem oferecer alternativas concretas.



Violência contra mulher

Ao ressaltar a importância da CPMI que investiga as causas da violência contra a mulher, Jô Moraes (PCdoB-MG) disse que o relatório final deve fortalecer ações em favor do bem-estar das brasileiras. A deputada advertiu que, apesar de avanços como a Lei Maria da Penha, as mulheres ainda sofrem com a demora na punição dos agressores. Em Minas Gerais, disse, existem apenas nove servidores e duas varas de Justiça para analisar 43 mil processos.

Política econômica

Vanderlei Macris (PSDB-SP) criticou a política social e econômica do governo federal que, na opinião dele, deu prosseguimento ao programa tucano, mas não adotou medidas para que o modelo prosperasse. O deputado cobrou a deliberação da reforma tributária, para desonerar o setor produtivo e otimizar o crescimento. Macris acrescentou que o Brasil enfrenta forte desindustrialização em razão da política econômica, que estimula o consumo de importados.

Comunicação

Inocêncio Oliveira (PR-PE), 3º secretário da Câmara, afirmou que o jornal impresso não vai perder a sua importância com os avanços tecnológicos. “O jornal aprofunda e analisa a notícia, mostra o seu ponto de vista. É importante que nós, políticos, tenhamos sempre esses meios de comunicação, para podermos avaliar o quadro político.” Oliveira elogiou ainda ações de Lula e Dilma Rousseff na área social. “Nenhum governo fez tantas mudanças profundas”, afirmou.



Vencimentos

Anthony Garotinho (PR-RJ) informou que apresentará proposta impedindo que parlamentar possa optar pelo vencimento pago pela Câmara ou pelo Senado ao se tornar secretário municipal ou estadual. Se o Executivo local considera o político importante para a administração, deve arcar com o salário, disse o deputado. “Se o parlamentar descumprir o compromisso com o eleitor, isso é problema dele; se o custo dessa opção é do Congresso, é problema nosso”, afirmou.

Frente parlamentar pretende sugerir medidas de desburocratização no País

Marcello Larcher

A Frente Parlamentar da Desburocratização vai formar grupos de trabalho para propor medidas de redução de entraves burocráticos e de aperfeiçoamento da legislação tributária e de setores como registro de marcas e patentes, comércio exterior e produção agropecuária.

O anúncio foi feito ontem pelo presidente da frente, deputado Valdir Collatto (PMDB-SC), durante o 1º Fórum Nacional da Desburocratização, que ocorreu na Câmara. “Também vamos tentar levar a discussão para o Executivo, para que os órgãos de fiscalização revejam seus processos”, disse.

Para a 1ª vice-presidente da Câmara, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), a burocracia é o principal problema a ser resolvido. “O Brasil está se desenvolvendo tão rápido, precisa tirar os entraves da máquina. Devemos analisar as leis que existem para traçar um arcabouço real de desburocratização”, disse.

No evento, parlamentares e representantes de diversos setores da economia falaram sobre como a burocracia atrasa processos e impede o crescimento brasileiro.



Para especialistas e parlamentares, a burocracia atrasa processos e impede o crescimento

Para o presidente da Associação das Empresas de Comércio Exterior (Abace), Ivan Ramalho, o sistema de exportação é um exemplo a ser seguido para a desburocratização. Apesar de ainda haver espaço para aperfeiçoá-lo, ele disse que a decisão de simplificar as licenças e apressar liberações para as exportações teve resultados.

Em 2002, o movimento de comércio exterior era de R\$ 100 bilhões. No último ano, chegou a R\$ 480 bilhões. Para ele, esse crescimento não teria sido possível sem a desburocratização.

Ramalho disse que a liberação nos

portos ainda é um gargalo, assim como a importação dirigida à produção interna. Navios levam até um mês atacadados esperando liberação, quando em outros países esse tempo pode ser de três dias.

Tempo gasto - Para o advogado tributarista Vinícios Leônico, a burocracia do sistema tributário brasileiro só pode ser diminuída com a unificação das leis municipais e estaduais. Segundo ele, atualmente, as empresas precisam de uma equipe apenas para “decifrar” as diversas legislações. “Isso sem falar dos entendimentos diferentes dos tribunais”, disse.

Segundo dados do Banco Mundial,

uma empresa brasileira gasta 2.600 horas por ano na preparação do pagamento de impostos. Nos Estados Unidos, o tempo médio é de 187 horas por ano e, na América Latina, de 382 horas anuais.

O mesmo ocorre com o registro de patentes. Segundo o diretor jurídico da Associação Brasileira de Franchising, Luiz Henrique do Amaral, o tempo médio para o registro no Brasil é de 10 anos, enquanto na Europa não passa de 6, e pode ser de até 3 anos.

Municípios - O prefeito de Arambaré (RS), Alair Pastoriza, relatou os problemas enfrentados pelos municípios na liberação de recursos da União. Segundo ele, apesar de os ministérios terem se aperfeiçoado nos últimos anos para liberar os recursos com maior rapidez, a Caixa Econômica Federal, responsável pela transferência, está colocando entraves.

Segundo o prefeito, apenas as grandes empresas participam das licitações, já que as pequenas temem a burocracia. “Pequenas empresas não têm fôlego para aguentar seis ou sete meses sem o repasse não liberados pela Caixa, e, por isso, não participam mais de licitações, o que encarece os processos.”

INFÂNCIA

Programa de resistência a drogas recebe apoio

Maria Neves

Deputados defenderam ontem, durante audiência pública, mais apoio governamental ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd). Para Fernando Francischini (PSDB-PR), é “preciso que os policiais tenham respaldo financeiro, pois o gasto por aluno é ridículo perto do que custa uma casa de recuperação ou o sistema carcerário”.

Francischini foi um dos autores do requerimento para discutir o programa na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O Proerd é desenvolvido pelas polícias militares em todos os estados brasileiros e vai completar 20 anos em 2012.

Conforme o coordenador da Área de Policiamento Comunitário da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Erisson Lemos Pita, o Proerd atende atualmente cerca de 15 milhões de crianças e adolescentes. “O trabalho envolve a tríade polícia, escola e família”, explicou.

O coronel da Polícia Militar do Paraná Douglas Sabatini Dabul afirmou que a formação de uma criança ou adolescente pelo Proerd custa, em média, R\$ 20. “É



Debatedores avaliaram que a prevenção é mais econômica do que a repressão

muito mais barato que qualquer tratamento, sem contar o transtorno de ter algum dependente na família”, ressaltou. Segundo o capitão Dalton Gean Perovano, também da PM paranaense, prevenir o abuso de droga custa cinco vezes menos que as ações de repressão.

Importância - O deputado Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ) afirmou que “os governos não dão a importância que o programa deveria ter”, destacando que a prevenção é mais importante que a repressão. De acordo com ele, no Rio de Janeiro hoje há cerca de 28 mil presos, mais da metade correspondendo a jovens egressos do

sistema socioeducativo. “Precisamos lutar para valorizar mais esse trabalho da polícia”, defendeu.

De acordo com Francischini, o índice de presos primários envolvidos com drogas é ainda maior. “Passa de 90% o índice dos que têm como ponto comum a dependência química”, disse. O parlamentar avaliou que o combate às drogas “não irá a lugar nenhum” sem prevenção qualificada, repressão inteligente e reinserção social.

Embora reconheça a importância do combate a drogas ilegais, o capitão Perovano defendeu que o mais importante é a

prevenção das drogas lícitas. De acordo com ele, pesquisas apontam a precocidade do consumo de bebida alcoólica, que começa aos 12,5 anos em média. “O mais grave é que 46% do primeiro uso do álcool ocorre em casa, e o mesmo percentual resulta do oferecimento por familiares do adolescente”, ressaltou.

Formação - Também autor do pedido para realização do debate, o deputado Cabo Juliano Rabelo (PSB-MT), que, como militar, já fez o curso de formação do programa, comprometeu-se a buscar apoio ao trabalho. “Vou lutar para que o policial ganhe a hora/aula, o que vai ser um fator a mais de motivação.”

O coronel Dabul relatou que atualmente existem no País sete centros de capacitação de policiais que atuam como instrutores nas escolas. O trabalho ocorre prioritariamente com turmas de quinto e sétimo ano. “Contamos ainda com um currículo para pais”, acrescentou.

Já o capitão Perovano explicou que o trabalho baseia-se em cinco estratégias – divulgação de conhecimentos científicos sobre drogas, educação afetiva, oferta de alternativas ao uso indevido de drogas, educação para a saúde e modificação das condições de ensino.

Câmara instala CPI para investigar exploração de crianças e adolescentes

Lara Haje

Foi instalada ontem a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A CPI é baseada em denúncias e matérias veiculadas pela imprensa sobre turismo sexual e exploração sexual de menores. O prazo de funcionamento da comissão é de 120 dias.

Durante a reunião, a deputada Erika Kokay (PT-DF) foi eleita para a presidência da CPI; o deputado Luiz Pitiman (PMDB-DF), para primeiro vice-presidente; e o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ), para segundo vice. A deputada Liliam Sá (PSD-RJ), autora do requerimento de criação da CPI, foi indicada relatora da comissão.

Segundo Liliam Sá, o número de casos desse tipo só aumenta no Brasil. "São 937 municípios com casos de exploração sexual de menores comprovados, o que representa 17% de todas as cidades do País", ressaltou. Ela afirmou que o problema atinge especialmente meninas, mas também há meninos.

De acordo com a parlamentar, somente o serviço telefônico Disque 100, mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, registrou, entre 2003 e março de 2011, 52 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. "O Nordeste está em primeiro lugar e, em seguida, o Sudeste", relatou.

O deputado Luiz Pitiman lembrou que o problema também atinge o Distrito Federal. Matérias da *Agência Brasil* e do jornal *Correio Braziliense* mostraram denúncias de agressão física e sexual, por parte de policiais militares, a meninos e meninas que vivem nas ruas do



GUSTAVO LIMA

Deputados Erika Kokay, Luiz Pitiman e Liliam Sá, durante a instalação da comissão que vai investigar casos de violência contra crianças e adolescentes

Tráfico de pessoas também será objeto de comissão de inquérito

O desaparecimento de pessoas entre 2003 e 2011 será investigado por outra CPI, também instalada ontem na Câmara. Os parlamentares querem apurar a relação dos desaparecimentos com o tráfico de pessoas para comércio internacional de órgãos, adoção internacional ilegal, prostituição e trabalho escravo. O período investigado é relativo à vigência da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, conhecida como Convenção de Palermo.

A CPI do Tráfico de Pessoas no Brasil será presidida pelo deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA). A relatora será a deputada Flávia Moraes (PDT-GO). Foram escolhidos como primeira vice-presidente a deputada Érica Kokay, e para segundo vice-presidente o deputado Fernando Francischini (PSDB-PR). Para terceiro vice, foi indicado o deputado Asdrubal Bentes (PMDB-PA).

Arnaldo Jordy, que propôs a CPI, explicou que muitas pessoas desaparecem após serem atraídas por promessas de

atuar como jogadoras de futebol em outros países ou de trabalhar como modelos e acabam capturadas por redes criminosas que negociam vidas humanas. "Isso justifica que o Congresso investigue com o objetivo de aparelhar melhor o Estado para combater esse crime, que é novo, e que as pessoas precisam estar atentas para a existência disso", afirmou.

A relatora, Flávia Moraes, disse que pretende realizar audiências públicas sobre o tema em todo o País. Segundo ela, a situação gera insegurança para as famílias, pois, muitas vezes, as pessoas desaparecem após terem sido aliciadas de forma mentirosa. Segundo a ONU, o número de vítimas de tráfico no planeta chega a 4 milhões por ano. Os brasileiros estão entre as principais vítimas do tráfico internacional. (Rachel Librelon)



GUSTAVO LIMA

Arnaldo Jordy

DF. As matérias mostram o conteúdo de vídeo produzido pela deputada Erika Kokay, no qual menores não identificados acusam policiais de humilhação, espancamento e apropriação de pequenas quantias de dinheiro.

Kokay destacou que a exploração sexual envolve discriminação de gênero, étnica e desigualdade social. "O problema é sintoma de uma série de outras violências da nossa sociedade", disse.

Decisão do STJ - Além de Erika Kokay, diversos deputados, como Jean Wyllys e Mandetta (DEM-MS), manifestaram repúdio contra a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de inocentar um homem acusado de ter estuprado três menores, todas de 12 anos, pelo fato de elas se prostituírem. "A decisão colabora com a violência contra as mulheres", afirmou Wyllys. Erika sugeriu que a CPI se reúna com o presidente do STJ para abordar o problema.

Na próxima reunião da comissão, marcada para a terça-feira, será definido o roteiro de trabalho, e eleito o 3º vice-presidente do colegiado. Para Jean Wyllys, o foco principal da CPI deve ser a formulação de políticas públicas para enfrentamento do problema. O deputado Mandetta pediu que a exploração sexual na internet seja abordada nas investigações. Conforme a relatora, a CPI deve trabalhar de forma articulada com a também recém-criada CPI do Tráfico de Pessoas no Brasil.

COMISSÃO PARLAMENTAR DA VERDADE

Deputado critica depoimento fechado de militares sobre a Guerrilha do Araguaia

Karla Alessandra

A primeira reunião da Comissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, ligada à Comissão de Direitos Humanos, gerou polêmica entre os deputados. Realizada ontem a portas fechadas, e sem acesso da imprensa, a reunião deixou indignado o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que classificou a atitude como "tendenciosa".

A comissão, criada no mês passado

para ajudar a esclarecer fatos ocorridos durante a ditadura, ouviu dois ex-militares e um civil que atuaram na Guerrilha do Araguaia.

Para Bolsonaro, sem acesso público aos depoimentos em tempo real, os dados poderão ser alterados da maneira mais conveniente. "Comissão da Verdade secreta? Onde nós estamos? Vamos falar a verdade aberta à imprensa. Estão preparando aqui os depoimentos?", indagou.

Segurança - A coordenadora da comissão parlamentar, deputada Luiza Erundina (PSB-SP), informou que a reunião ocorreu a portas fechadas para proteger os depoentes, "porque dois deles sofreram atentados" nas últimas semanas. "Num dado momento, vamos levar ao conhecimento público os fatos revelados por essas pessoas, mas não agora, para preservar inclusive sua segurança." Erundina explicou que os depoimentos poderão levar a uma

investigação no local onde ocorreram os embates entre militares e guerrilheiros. Para realizar esse trabalho, foram convidadas as comissões de direitos humanos das Assembleias Legislativas.

Qualquer pessoa que tenha informações sobre esse período pode entrar em contato pelo e-Democracia no endereço www.edemocracia.camara.gov.br ou pelo telefone da Comissão de Direitos Humanos (61) 3216- 6570.